

Comitê
Pop Rua - MG

RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA PESSOAS
EM SITUAÇÃO DE RUA



Comitê PopRua-MG

EXPEDIENTE

Governador

Fernando Damata Pimentel

Vice – Governador

Antônio Andrade Eustáquio Ferreira

Secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

Gabriel dos Santos Rocha

Subsecretário de Promoção e Defesa de Direitos Humanos

José Francisco da Silva

Superintendente de Promoção de Direitos Humanos

Ana Carolina Gusmão

Diretora de Defesa e Reparação de Direitos Humanos

Letícia Silva Palma

ELABORAÇÃO

Cecília Ribeiro da Silva

Jéssica Gabriella de Souza Isabel

Letícia Silva Palma

Tomaz Duarte Moreira

COLABORAÇÃO

Alex Maciel Teixeira

Cláudio de Salvo Oliveira

Dênis Augusto Lessa Firmiano

Gelton Pinto Coelho Filho

Giliard Silva Souza

José Ourismar Barros de Oliveira

Joviano Gabriel Maia Mayer

Júnia Roman Carvalho

Lorena Luiza Chagas Lemos

Marcio Esperidião dos Santos

Marta Elizabete de Souza

Paula Alves Queiroz

Paulo César de Oliveira

Ricardo Luís Amorim Gontijo Foureaux

Sarah Ribeiro Carvalho

Revisão e Aprovação

Comitê Intersetorial de Monitoramento e Acompanhamento da Política Estadual para a População em Situação de Rua - Comitê PopRua-MG

Arte da Capa: John Eurico - SECCRI / SIOMG

Ilustração: Ivair Augusto - SECCRI / SIOMG

Endereço:

Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Prédio Gerais, 2º andar, Bairro Serra Verde. CEP 31.630-901.

Belo Horizonte, Minas Gerais

E-mail: comitepoprua@direitoshumanos.mg.gov.br

www.direitoshumanos.mg.gov.br

FICHA CATALOGRÁFICA

Comitê Intersetorial de Monitoramento e Acompanhamento da Política Estadual para População em Situação de Rua – Comitê Pop-Rua-MG C733r Recomendações para políticas públicas para pessoas em situação de rua / Comitê PopRua. – Belo Horizonte, 2018.40 p.: il.
ISBN: 978-85-61532-23-9

1. População de Rua- Minas Gerais 2. Política social – Legislação 3. Direitos Humanos.- 4. Políticas Públicas – Minas Gerais 5. Inclusão social. .

I. Título

CDU 304(815.1)

Comitê Intersetorial de Monitoramento e Acompanhamento
da Política Estadual para a População em Situação de Rua
Comitê PopRua-MG

RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Dezembro / 2018
Belo Horizonte - MG

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	3
2. INTRODUÇÃO.....	4
3. RECOMENDAÇÕES.....	8
3.1 Direito à Cidade.....	8
3.2 Atuação em Rede.....	10
3.3 Participação popular e controle social.....	11
3.4 Abordagem à População em Situação de Rua	12
3.5 Moradia.....	15
3.6 Trabalho, Emprego e Geração de Renda	17
3.7 Assistência Social.....	20
3.8 Saúde e consultório na rua.....	24
3.9 Saúde Mental e Uso Abusivo de Álcool e Outras Drogas .	26
3.10 Segurança Pública.....	30
3.11 Segurança Alimentar.....	32
3.12 Mulheres em Situação de Rua.....	32
3.13 População LGBT em Situação de Rua.....	34
3.14 Pessoa Idosa em Situação de Rua.....	35
3.15 Educação.....	36
3.16 Cultura, Esporte e Lazer.....	39
4. REFERÊNCIAS.....	40

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento tem como objetivo recomendar aos gestores municipais, a partir das legislações nacionais, estaduais e das normas internacionais de Direitos Humanos, um conjunto de ações de enfrentamento à violência e promoção dos direitos das pessoas em situação de rua (PSR).

Este documento foi elaborado pelo Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da [Política Estadual para a População em Situação de Rua](#) – Comitê PopRua-MG, instância de participação cidadã vinculada ao Governo do Estado com a finalidade de acompanhar e monitorar a Política Estadual para a População em Situação de Rua, de acordo com a [Lei nº 20.846/2013](#) e o Decreto [nº 46.819/2015](#). O Comitê é coordenado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania — SEDPAC e composto por 11 (onze) representantes de governo e 11 (onze) representantes da sociedade civil, além de instituições que são convidadas permanentes, como a Defensoria Pública e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

O objetivo dessas recomendações é subsidiar os gestores municipais sobre os direitos das pessoas em situação de rua e como devem ser considerados na elaboração e execução de políticas públicas. As recomendações buscam consolidar em um único documento as orientações já existentes de políticas para a população em situação de rua, além de reforçar determinações que frequentemente não são cumpridas e ainda trazer recomendações para áreas nas quais ainda não há regulamento específico.

O documento foi estruturado de forma que as recomendações estão divididas por temas, seguidas da base legal que as sustentam. A base legal inclui desde a Constituição Federal a Notas Técnicas, Recomendações e decisões judiciais, abrangendo políticas de assistência social, saúde e segurança, entre outras.

2. INTRODUÇÃO

A par das recomendações que seguirão abaixo, é importante salientar que cabe aos poderes públicos efetivarem as políticas públicas a fim de cumprir às determinações constitucionais e legais. Além das políticas disponibilizadas para todas as pessoas, devem ser desenvolvidas políticas específicas para a população em situação de rua nas áreas de moradia, trabalho e renda, segurança alimentar, assistência social, saúde, educação, cultura, segurança, esporte e lazer.

Nesse sentido, merece destaque a compreensão de que o fenômeno das pessoas em situação de rua não é de atribuição exclusiva dos serviços de assistência social, pois como fenômeno social complexo deve ser contemplado por políticas intersetoriais. É imprescindível que o poder público empenhe-se em executar, construir, planejar, criar e efetivar políticas públicas capazes de concretizar os direitos das pessoas em situação de rua, pois somente assim será possível alcançar o objetivo principal de tratar de forma adequada o fenômeno das pessoas que vivem nas ruas. Desse modo, é fundamental que todos agentes públicos sejam capazes de lidar com a realidade das pessoas em situação de rua de forma humanizada e que sua atuação seja baseada na defesa e promoção dos direitos humanos.

Para tanto, faz-se necessário compreender o contexto histórico, social, econômico e político que engendra a realidade de pessoas viverem em situação de rua. A história demonstra a existência de pessoas em situação de rua desde tempos remotos, contudo, a partir do desenvolvimento do capitalismo, com o crescimento das cidades, fluxos migratórios e as transformações no mundo do trabalho, intensificou-se o número de pessoas vivendo em situação de rua. Há múltiplas razões imediatas que levam as pessoas à trajetória de vida nas ruas, mas a origem está, sobretudo, na base estrutural da sociedade, que perpetua o processo histórico de desigualdades sociais. Dessa forma, a população em situação de rua carrega as marcas da inclusão marginalizada, dos estigmas, da discriminação e preconceito que se manifestam em um estado de injustiças e violências (SILVA, 2009).

A atenção do Poder Público frente às necessidades da população em situação de rua (PSR) é um fato recente, a histórica omissão reflete a contradição com que a sociedade e a opinião pública tratam o tema, ora com assistencialismo, ora com repressão e indiferença. É fundamentalmente nas últimas três décadas que se pode aferir a existência de uma maior comoção em torno das pessoas em situação de rua em algumas cidades do país, constituindo maior visibilidade a esta questão. Assim, a ideia sobre a existência de uma “população de rua” e conseqüentemente da “situação de rua” é uma “invenção social recente e bem datada em nosso país” que veio sendo modificada historicamente (De Lucca, 2007). A compreensão da população em situação de rua enquanto sujeito de direito e de políticas públicas específicas, torna necessária também uma definição

mais circunscrita deste mesmo sujeito. Um importante marco desta definição é o [Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009](#), que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e um Comitê Intersetorial para seu acompanhamento e monitoramento.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua definiu este público como um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, e as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Vítima da invisibilidade, a PSR ainda não é recenseada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que vem sendo uma das demandas pautadas em suas lutas. Em 2016, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) realizou uma estimativa do número de pessoas vivendo nas ruas no Brasil. O estudo fez projeções comparando os dados do Censo SUAS e CadÚnico com a estimativa populacional dos municípios (IBGE), chegando ao número de 101.854 pessoas em situação de rua no país.

Embora seja reconhecido o alto número de pessoas vivendo em situação de rua em todo país, as políticas de desenvolvimento urbano, projetadas e executadas nas metrópoles, via de regra, ignoram a existência de um contingente cada vez maior de pessoas vivendo em situação de rua. Deste modo, formulam-se projetos de revitalização de áreas públicas que procuram retirar as pessoas desses seus espaços de sobrevivência, materializando sua invisibilidade social, sem oferecer-lhes alternativas minimamente dignas de existência nas cidades. Estas políticas têm reproduzido uma perspectiva higienista, uma vez que expulsam a população pobre dessas áreas, objetivando, com isto, obter investimentos e valorização imobiliária.

São muitos os obstáculos para o acesso aos direitos sociais, o que compõem sua condição de alta vulnerabilidade social, haja vista que encontram uma série de dificuldades para o acesso à Justiça, compreendido no seu sentido amplo. No bojo do não reconhecimento dos direitos da PSR estão os diversos tipos de violências, comumente são alvo da intolerância de gangues que se divertem enquanto matam, além disso o teor da violência se estende às mãos daqueles que teoricamente têm a função proteger.

Comitê PopRua -MG

A violência contra a pessoa em situação de rua tem nome e sobrenome – os agressores são conhecidos - contudo o medo diante da ausência de proteção impede a formalização de denúncias criminais e escamoteia o número de mortes e violência contra a PSR. São exemplos dessa violência: agressões físicas a pessoas enquanto dormem; expulsão compulsória de quem vive pelas ruas por autoridades municipais; abrigos públicos inseguros e insalubres; mortes por hipotermia; maltrato por agentes públicos; entre outros. Sem perder de vista a violência verbal e simbólica, produzida e reproduzida no cotidiano da vida e na mídia.

No que tange às políticas públicas dirigidas à população em situação de rua, houve avanços nos últimos anos. A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais ([Resolução CNAS n. 109/2009](#)) proporcionou o reordenamento do acolhimento institucional e a instituição de novos serviços e equipamentos, como o Centro-Pop (Centro de Referência Especializada para População em situação de Rua), a Abordagem Social e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), com a disponibilização de financiamento. No âmbito da saúde, houve a criação dos Consultórios na Rua, por meio da [Portaria nº 122/2011](#) do Ministério da Saúde. Realizou-se, também, a inclusão da PSR no Cadastro Único e no serviço Disque 100, dentre outros avanços.

Além disso, vários estados e municípios aderiram à Política Nacional e/ou criaram suas próprias políticas estaduais/municipais, instituindo Comitês de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua. Todas estas medidas e a mobilização de diversos atores do poder público e da sociedade civil trouxeram maior visibilidade para a temática da PSR. Contudo, mesmo diante destes avanços legislativos, as políticas públicas ainda não se consolidaram, faltando efetivo acesso aos direitos fundamentais para a população em situação de rua.

Diante do exposto, evidencia-se que ainda há muito a ser desenvolvido para efetivação da defesa e promoção dos direitos da população em situação de rua, que ainda é vista a partir do preconceito e da discriminação. Para que haja novos avanços, faz-se necessário a efetivação de políticas públicas intersetoriais que garantam o acesso aos direitos fundamentais e interdependentes de moradia, trabalho e renda, saúde, assistência social, entre outros.

DEDICATÓRIA



Em memória e reverência à Anita Gomes dos Santos, guerreira e lutadora pelos direitos das pessoas em situação de rua no Brasil.

Foi uma das principais articuladoras da Política Nacional da População em Situação de Rua, que reconhece e responsabiliza o governo federal, Estados e Municípios a estabelecerem políticas públicas. Participou do Comitê PopRua-MG até 2017.

3.RECOMENDAÇÕES

3.1 Direito à Cidade

- 1) Assegurar o direito à cidade às pessoas em situação de rua, garantindo seu direito de ir, vir e permanecer nos espaços públicos (praças, parques, ruas, etc.), conforme determina a [Constituição da República](#), em seu Art. 5º, inciso XV: “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”.
- 2) Garantir o acesso aos serviços e equipamentos públicos, com capacitação permanente dos servidores para o acolhimento respeitoso às pessoas em situação de rua.
- 3) Durante as ações de gestão do espaço público, o município deve garantir a inexistência de ações vexatórias e que violem os direitos das pessoas em situação de rua, em especial a retirada dessas pessoas do seu local contra a sua vontade.
- 4) Nas ações de gestão do espaço público, em nenhuma hipótese o agente público pode apreender pertences pessoais, salvo se for objeto de infração penal.
- 5) Garantir condições mínimas para sobrevivência e dignidade da população em situação de rua, como o acesso gratuito a banheiros públicos, locais para higiene pessoal, água potável e segurança alimentar.
- 6) Garantir espaços nos quais a população em situação de rua possa guardar seus pertences pessoais.
- 7) Garantir gratuidade nos transportes públicos para assegurar o acesso às políticas e o direito ao transporte das pessoas em situação de rua.
- 8) Realizar campanhas e ações educativas que reconheçam e promovam os direitos das pessoas em situação de rua e estabeleçam uma cultura de solidariedade. As campanhas realizadas pelo poder público não devem desestimular a doação de esmolas, alimentos ou cobertores para a população em situação de rua, uma vez que são contrárias ao inciso III do [Art. 1º da Constituição Federal](#), que estabelece a dignidade da pessoa humana como fundamento da República, e ao Art. 3º, inciso I, que estabelece como um dos objetivos fundamentais da República a construção de uma sociedade livre, justa e **solidária**.

Base Legal

A principal base legal para as recomendações contidas nesta seção é a própria [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#), que em seu inciso III do Art. 1º estabelece a dignidade da pessoa humana como fundamento da República e em seu Art. 5º define os direitos e deveres individuais e coletivos. Este artigo garante a todos a livre locomoção no território brasileiro nos tempos de paz; o direito de propriedade; que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; e privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal. Já no Art. 6º o transporte é definido como direito social.

Na legislação específica, destacamos a [Política Estadual para a População em Situação de Rua](#), que traz como princípios o atendimento humanizado e universalizado e “a erradicação de atos violentos e ações vexatórias e de estigmas negativos e preconceitos sociais que produzam ou estimulem a discriminação e a marginalização, seja pela ação ou omissão”. A Política Estadual também prevê entre suas diretrizes a democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

Além disso, também a [decisão judicial do processo 1355234-45.2012.8.13.0024](#), ação civil pública impetrada contra o Estado de Minas Gerais e o município de Belo Horizonte por realizar ações de apreensão de pertences pessoais da PSR, como cobertores, roupas, alimentos, remédios e, inclusive, documentos de identificação. Argumentou-se que a supremacia do interesse público “jamais poderá amparar atos perpetrados pelo Estado que violem direitos fundamentais de modo tão injusto e arbitrário” e que o “Poder de Polícia deve ser exercido nos liames da legalidade”. Com base neste processo, a juíza de direito julgou procedente o pedido do cidadão, declarando “a ilegalidade do ato de apreensão dos pertences pessoais e dos documentos de identificação dos moradores em situação de rua”.

O [Guia de Atuação Ministerial - Defesa dos direitos das pessoas em situação de rua, do Conselho Nacional do Ministério Público \(CNMP\)](#), também traz diversas recomendações semelhantes, ressaltando a necessidade de se impedir “a apreensão ilegal de documentos pessoais e bens pertencentes às pessoas em situação de rua” e medidas abusivas de restrição de liberdade.

Por fim, no mesmo sentido, o Caderno Doutrinário 2, Tática Policial, Abordagem a Pessoas e Tratamento às Vítimas - Manual Técnico Profissional Nº 3.04.02/2013-CG, instituído pela Resolução PMMG Nº 4.151/2011, determina que “a PSR não pode ser obrigada a praticar atos que não sejam exigidos por lei e são livres para estarem em qualquer local, sem que as suas presenças signifiquem desrespeito à lei”.

3.2 Atuação em Rede

9) As políticas para a população em situação de rua devem ser pensadas e desenvolvidas a partir da articulação das diversas áreas, como saúde, educação, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda.

10) Realizar reuniões com toda a rede que atende diretamente pessoas em situação de rua, como Centro Pop, CRAS, CREAS, Serviço de Abordagem Social, Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias, Consultório na Rua, Centros de Atenção Psicossocial e demais unidades de saúde, trabalho e emprego, moradia, entre outros, para discussão sobre os fluxos de atendimento e os papéis e atribuições de cada um. Discutir, especialmente, os fluxos de interação entre os serviços e as formas como um serviço pode auxiliar o outro, evitando sobreposições ou ações contraditórias.

11) Realizar reuniões periódicas da rede para monitoramento e avaliação dos fluxos estabelecidos, analisando também necessidade de melhorias ou adequações. Deve-se garantir que todos os membros os conheçam, evitando descontinuidade da articulação na ocasião de mudanças nas equipes.



- 12) Realizar discussões de casos entre os serviços para solução de dificuldades pontuais que surgirem durante as ações de atendimento e acompanhamento à população em situação de rua.
- 13) Incentivar a formação e a capacitação continuada dos profissionais para atuação na rede de proteção às pessoas em situação de rua.
- 14) Garantir o financiamento das políticas voltadas para a população em situação de rua.
- 15) Realizar pesquisas e/ou censos periódicos para levantamento da quantidade de pessoas em situação de rua no município e informações sobre esta população, como diagnóstico para planejamento e execução das políticas para este público.

Base legal

Muitas vezes a política para a população em situação de rua é vista apenas como uma questão da assistência social, porém tanto a política nacional quanto a estadual para a população em situação de rua colocam a questão como responsabilidade do poder público como um todo, com necessidade de ação de diversas secretarias. Assim como na [Política Nacional](#), a [Política Estadual para a População em Situação de Rua](#) estabelece como objetivo “assegurar à população em situação de rua o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda”. Além disso, ambas políticas trazem como objetivos a criação de meios de articulação entre o SUAS e o SUS, uma vez que há diversos serviços dessas áreas que atendem diretamente a população em situação de rua.

3.3 Participação popular e controle social

- 16) Fomentar a participação das pessoas em situação de rua nos espaços de Controle Social, como os Conselhos, Comitês e as Conferências das diferentes áreas, bem como nos movimentos sociais relacionados às pessoas em situação de rua e afins;
- 17) Instituir comitê intersetorial para acompanhamento e monitoramento das políticas voltadas para a população em situação de rua, com participação da sociedade civil e, principalmente, representação da própria população em situação de rua. Além disso, é importante que sejam convidados órgãos como o Ministério Público e a Defensoria Pública para o comitê;
- 18) Assegurar a participação da população em situação de rua nos diversos espaços de controle social, realizando atividades de divulgação e mobilização dos mesmos, como rodas de conversa e oficinas com o público.

Além disso, deve-se garantir subsídios para transporte e alimentação daqueles que participam.
19) Fomentar a criação de legislação municipal que garanta os direitos da população em situação de rua.

Base Legal

A importância da participação social é destacada na Constituição da República, que prevê em seu Art. 37, que trata dos princípios da Administração Pública, parágrafo 3º: “a lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta”. Além disso, a participação é colocada como princípio da seguridade social (Art. 194) e diretriz de diversas políticas, como saúde, assistência social e cultura (Arts. 198, 204 e 216), entre outras.

As políticas nacional e estadual para a população em situação de rua colocam como diretriz a participação da sociedade civil em sua elaboração, acompanhamento e monitoramento, além do incentivo à participação da própria população em situação de rua nos espaços de controle social. Ressalta-se também que ambas políticas estabelecem a necessidade de se criar comitês intersetoriais e paritários para acompanhamento e monitoramento das ações, com efetiva participação da sociedade civil, além da necessidade de interação entre todos os entes federativos.

3.4 Abordagem à População em Situação de Rua

20) As abordagens às pessoas em situação de rua devem ser realizadas pelas equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social, conforme a [Resolução n. 109 do CNAS](#), ou do Consultório na Rua, conforme [Portaria nº 122 do Ministério da Saúde](#), que contam com equipes especializadas e multidisciplinares, sendo desnecessária a presença de agentes de segurança pública.



21) A abordagem deve ser realizada de maneira responsável, humanizada, especializada e multidisciplinar, respeitando os preceitos e as diretrizes da assistência social, da saúde e os direitos humanos. O objetivo é a promoção de direitos, a criação de vínculo e articulação com a rede de proteção, respeitando a vontade e o tempo de cada indivíduo e família.

22) Sugere-se que a gestão municipal contrate pessoas em situação ou com trajetória de rua como agentes, educadores sociais ou de acordo com sua formação para fazer parte das equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social e do Consultório na Rua. O objetivo desta inclusão é ampliar a adesão ao serviço, facilitar o diálogo com as pessoas em situação de rua e promover oportunidades de inclusão produtiva.

23) As forças de segurança pública não devem ser utilizadas para abordagem à população em situação de rua, exceto nos casos previstos em lei para a atuação policial.

Base Legal

Para a questão da abordagem à população em situação de rua, buscamos as normativas específicas que existem nas diferentes áreas, como saúde, assistência social e segurança pública, nas quais se basearam as orientações feitas. São elas a [Resolução n. 109 do CNAS, que traz a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais](#), a [Portaria nº 122 do Ministério da Saúde](#), que define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua, e o Memorando nº 30. 013.3/1 7-DAOp/SCG, que trata da atuação policial junto à população em situação de rua. Além disso, consideramos também as orientações do [Guia de Atuação Ministerial - Defesa dos direitos das pessoas em situação de rua](#), do CNMP.

A Resolução 109 do CNAS coloca como diretrizes para o serviço especializado em abordagem social o acolhimento nos serviços em condições de dignidade e a preservação da identidade, integridade e história de vida da pessoa abordada. Já a [Portaria nº 122 do Ministério da Saúde](#) estabelece a previsão de que as equipes do Consultório na Rua possuam agentes sociais, para “garantir a atenção, a defesa e a proteção às pessoas em situação de risco pessoal e social, assim como aproximar as equipes dos valores, modos de vida e cultura das pessoas em situação de rua”.

O Memorando nº 30. 013.3/1 7-DAOp/SCG determina que a presença da Polícia Militar não é necessária nas abordagens às pessoas em situação de rua e aponta como competências da PMMG a promoção da segurança e a proteção da PSR, assim como o fomento à integração dos serviços governamentais e a participação em processos de formação contínuos sobre o tema.

Por fim, o [Guia de Atuação Ministerial do CNMP](#) recomenda que “a abordagem social das pessoas em situação de rua seja feita de maneira responsável, humanizada, especializada e multidisciplinar, respeitando os preceitos e as diretrizes da assistência social e os direitos humanos, por meio de servidores com capacitação adequada para promovê-la, vinculados ao Serviço Especializado em Abordagem Social, conforme a [Resolução n. 109 do CNAS](#), não permitindo o uso das forças de segurança pública, salvo nos casos previstos em lei para a atuação policial”.

3.5 Moradia

- 24) Incluir critérios de priorização das pessoas em situação de rua nas políticas, programas e/ou ações habitacionais.
- 25) Criar modelos alternativos de habitação para as pessoas em situação de rua em projetos habitacionais, visando a superação do modelo de acolhimento institucional.
- 26) Criar e implementar política pública, programa e/ou ação de “casa primeiro” (housing first), ou seja, garantia de moradia/habitação como primeira etapa de atendimento às pessoas em situação de rua, antecedendo os serviços das demais políticas públicas.

A metodologia Casa Primeiro (Housing First) surgiu nos Estados Unidos e foi sendo adotada em diversos países, como Canadá, Portugal, Inglaterra, França, entre outros. Ela parte do entendimento da moradia como uma primeira etapa, antecedendo, por exemplo, tratamentos psicológicos e/ou psiquiátricos. Na prática, as etapas de tratamento são invertidas, através do oferecimento de uma residência permanente e acessível o mais rápido possível. Ou seja, a moradia começa a ser vista como um direito humano básico e como uma premissa da estabilidade necessária para uma posterior reabilitação completa. Saiba mais: reportagens sobre a Casa Primeiro (El País e Carta Capital) e Cartilha Housing First (Projeto Ruas).

- 27) Realizar o levantamento patrimonial de imóveis ociosos do município, criar e implementar política pública, programa e/ou ação de “locação social”, consistindo na transferência do uso-fruto dos imóveis ociosos de propriedade municipal para a garantia de moradia/habitação às pessoas em situação de rua, realizando as adaptações necessárias.
- 28) Incluir as pessoas em situação de rua como público alvo para concessão de subsídio temporário para auxílio habitacional (aluguel social).
- 29) Garantir que as políticas, programas e/ou ações de moradia/habitação contemplem locais com acesso aos demais serviços públicos, como transporte, saúde e educação, priorizando as áreas centrais e bairros que já possuam estas estruturas.
- 30) Realizar o acompanhamento psicossocial das pessoas em situação de rua antes e depois da ida para sua moradia, garantindo a integração das políticas públicas, programas e ações habitacionais com os serviços e equipamentos socioassistenciais e de saúde.
- 31) Promover programas de regularização fundiária para pessoas em situação de vulnerabilidade, como forma de prevenção ao aumento do número de pessoas em situação de rua.



Pessoas atendidas por projeto de Casa Primeiro (Housing First) em Londres

Base Legal

Na base legal sobre moradia, iniciamos com a [Constituição da República](#), que estabelece a moradia como direito social em seu Art. 6º. Além disso, no inciso XXIII de seu Art. 5º é estabelecido que a propriedade deve atender a sua função social. Dessa forma, é necessário que os entes públicos busquem garantir este direito, sendo uma das alternativas a disponibilização de imóveis não utilizados.

Na [Política Nacional e Estadual](#) para a população em situação de rua o acesso às políticas de moradia é colocado como um dos objetivos e é estabelecido que deve-se buscar a integração da rede de acolhimento temporário com os programas de moradia popular promovidos pelos governos federal, estaduais e municipais. Além disso, o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, instituído pelo [Decreto nº 7.037](#), possui eixos, diretrizes, objetivos e ações. O Eixo Orientador III, universalizar direitos em um contexto de desigualdades, possui a Diretriz 7, garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena. Dentro da Diretriz 7, destaca-se o Objetivo Estratégico III, garantia do acesso à terra e à moradia para a população de baixa renda e grupos sociais vulnerabilizados com as seguintes ações relacionadas à população em situação de rua:

“g) Garantir que nos programas habitacionais do governo sejam priorizadas as populações de baixa renda, a população em situação de rua e grupos sociais em situação de vulnerabilidade no espaço urbano e rural, considerando os princípios da moradia digna, do desenho universal e os critérios de acessibilidade nos projetos;

h) Promover a destinação das glebas e edifícios vazios ou subutilizados pertencentes à União, para a população de baixa renda, reduzindo o déficit habitacional”.

3.6 Trabalho, Emprego e Geração de Renda

32) Incentivar a participação das pessoas em situação de rua nos programas, projetos e movimentos de economia popular solidária, fundamentada na organização coletiva de trabalhadores e trabalhadoras, em áreas como artesanato, agricultura familiar ou prestação de serviços, dentre outros.

A Economia Popular Solidária constitui-se de iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição eqüitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.

33) Inclusão das pessoas em situação de rua em cursos de qualificação e capacitação profissional, oferecendo condições para o comparecimento, como transporte, alimentação e flexibilização nos horários dos serviços de acolhimento;

34) Incentivar a contratação de pessoas em situação de rua por empresas ou organizações do terceiro setor, efetivando parcerias dos programas de trabalho e emprego com o setor produtivo;

35) Reservar porcentagem das vagas nas contratações, parcerias e convênios efetivados pela prefeitura para a contratação de pessoas com trajetória e/ou em situação de rua, tendo em vista a diversidade de saberes e experiências.

36) Contratar pessoas em situação e/ou com trajetória de rua para atuarem nos serviços destinados ao atendimento deste público como equipes de abordagem social, consultório na rua, acolhimento institucional, centro pop, dentre outros.

37) Promover a criação e apoio às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, com vistas à inclusão das pessoas em situação de rua que realizam este serviço nestes empreendimentos.

Comitê PopRua -MG

38) Atuar em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que prevê critérios que facilitam a contratação das associações ou cooperativas de catadores de material reciclável para a realização da coleta de resíduos nos municípios.

39) Promover alternativas dignas de trabalho para as pessoas que vivem e sobrevivem das ruas, como catadores de materiais recicláveis, vendedores ambulantes e outros trabalhadores informais.



Projeto de Economia Solidária Empreendendo Vidas, desenvolvido com pessoas em situação de rua e que deu origem aos grupos Cozinheiros de Rua e Plantação.

Base Legal

O valor social do trabalho é definido como fundamento da República no Art. 1º da [Constituição Federal](#), que também estabelece o trabalho como direito social em seu Art. 6º. [As políticas nacional](#) e [estadual](#) para a população em situação de rua estabelecem como objetivo a inclusão da população em situação de rua nas políticas e no mercado de trabalho, por meio de parcerias com os setores públicos e privados para criação de vagas e de qualificação e capacitação profissional.

Já a [Lei 15.028/2004](#) institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Minas Gerais - PEFEPS, que prevê assessoria técnica para organização, produção e comercialização dos produtos e serviços dos empreendimentos da economia solidária, acesso a espaços físicos em bens públicos estaduais e apoio na realização de eventos de Economia Popular Solidária, entre outras medidas.

A [Portaria nº 122 do Ministério da Saúde](#) estabelece a previsão de que as equipes do Consultório na Rua possuam agentes sociais, para “garantir a atenção, a defesa e a proteção às pessoas em situação de risco pessoal e social, assim como aproximar as equipes dos valores, modos de vida e cultura das pessoas em situação de rua”. Já as [Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop](#), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS prevê a equipe de referência para este equipamento e aponta que pessoas em processo de saída das ruas também poderão contribuir com suas experiências e vivências na realização das atividades do Centro POP, a exemplo da facilitação das oficinas.

O Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, instituído pelo Decreto nº 7.037, possui o eixo Desenvolvimento e Direitos Humanos, no qual está estabelecida a Diretriz 4, “Efetivação de modelo de desenvolvimento sustentável, com inclusão social e econômica, ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável, cultural e regionalmente diverso, participativo e não discriminatório”.

Dentro da Diretriz 4 está o Objetivo Estratégico I, Implementação de políticas públicas de desenvolvimento com inclusão social”, que prevê entre suas ações a integração das políticas sociais e de geração de emprego e renda para o combate à pobreza urbana, em especial de catadores de materiais recicláveis e população em situação de rua.

Já a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela [Lei 12.305/2010](#), prevê como instrumento o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, além da priorização de recursos para municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores.

Por fim, a [Lei 11.445/2007](#) alterou a [Lei 8.666/1993](#), que passou a prever no inciso XXVII do Art. 24 a dispensa de licitação na “contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública”.

3.7 Assistência Social

40) São serviços da Assistência Social de média complexidade que atendem a população em situação de rua: o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), ofertado no CREAS; o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, ofertado no Centro Pop; o Serviço Especializado em Abordagem Social, que pode estar em ambos os equipamentos.

41) O acesso ao CREAS e ao Centro Pop se dá através de demanda espontânea, encaminhamento de outros serviços socioassistenciais, pelos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, Segurança Pública ou através do próprio Serviço Especializado em Abordagem Social.

42) O Centro Pop deve ser implantado em um local de fácil acesso, onde há maior concentração das pessoas em situação de rua.

43) As pessoas em situação de rua devem ser incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal para as devidas finalidades, como para possibilitar o acesso dessas pessoas aos programas sociais que utilizam dados do Cadastro Único, ampliar o acesso desse público à rede de serviços socioassistenciais e para produzir informações que contribuam para o aprimoramento da atenção às pessoas em situação de rua nas diversas políticas públicas.



44) A inclusão no Cadastro Único é realizada pelos entrevistadores do Cadastro Único nos postos de cadastramento designados pelo gestor do município. Excepcionalmente, a entrevista e o preenchimento dos formulários poderão ser realizados na rua, quando as pessoas em situação de rua tiverem interesse em ser cadastradas e se recusarem a ir até os postos de cadastramento.

45) O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop, CREAS, CRAS ou o Serviço de Acolhimento poderão ser utilizados como endereço de referência para inclusão de seus usuários no Cadastro Único para Programas Sociais.

46) Os Serviços de Acolhimento Institucional (Abrigos Institucionais e Casas de Passagem) e os Serviços de Acolhimento em República são serviços que integram a Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Eles devem garantir endereço de referência, condições de estadia e convívio para acolher com privacidade pessoas em situação de rua e migração. Seu objetivo principal é atender de forma qualificada e personalizada para promover a construção conjunta com o usuário do seu processo de saída das ruas, com dignidade e respeito a sua vontade e nível de autonomia.

47) O Abrigo Institucional deve oferecer acolhimento provisório, com características residenciais, proporcionando ambiente acolhedor e respeitando as condições de dignidade dos seus usuários. Recomenda-se que os abrigos mantenham horários flexíveis para entrada e saída dos usuários de acordo com a necessidade de cada um. São no máximo 50 usuários por Abrigo, sendo até 4 pessoas por quarto. O período de funcionamento é ininterrupto, ou seja, 24 horas por dia.

48) A Casa de Passagem é uma unidade de acolhimento imediato e emergencial para famílias e adultos. Deverá conter equipe especializada para atender, receber usuários e realizar estudo de caso para encaminhamentos necessários. A principal diferença do público atendido nesta unidade é a transitoriedade, geralmente são adultos e famílias em trânsito, sem intenção de permanência por longos períodos. São no máximo 50 usuários por Casa de passagem, sendo até 4 pessoas por quarto.

O período de funcionamento é ininterrupto, ou seja, 24 horas por dia. Recomenda-se que as Casas de Passagem mantenham horários flexíveis para entrada e saída dos usuários de acordo com a necessidade de cada um.

49) O Serviço de Acolhimento em Repúblicas oferece proteção, apoio e moradia subsidiada e deve ser desenvolvido em sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando

gradual autonomia e independência de seus moradores. É destinado a pessoas adultas com vivência de rua em fase de reinserção social, que estejam em processo de restabelecimento dos vínculos sociais e construção de autonomia. Sugerimos que o Serviço de Acolhimento em Repúblicas seja organizado em unidades femininas e masculinas. O atendimento deve apoiar a qualificação e inserção profissional e a construção de projeto de vida. São 10 usuários no máximo por República, e o período de funcionamento é ininterrupto, ou seja, 24 horas por dia.

50) Os equipamentos voltados para a população em situação de rua devem ser instalados em locais de fácil acesso, possuindo espaço físico acolhedor, com condições que assegurem privacidade, sigilo e acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. As normas de convivência devem ser construídas e avaliadas continuamente em conjunto com os trabalhadores e os usuários.

51) Os serviços voltados às pessoas em situação de rua devem ofertar atendimento individualizado e especializado, com vistas a conhecer a história da pessoa que está sendo atendida. É importante também que sejam realizadas atividades coletivas a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos sociais, comunitários e familiares.

52) Os serviços para a população em situação de rua devem respeitar as especificidades de gênero, garantido os direitos e a dignidade das mulheres e da população LGBT em situação de rua, assim como vagas e condições estruturais para o atendimento deste público nos serviços da assistência social, em especial, o de acolhimento institucional.

53) Os serviços devem ter atenção às determinações da [Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH, de 2012](#), que define o quadro de profissionais necessários para cada serviço.

54) Sugere-se que municípios que não possuem CREAS ou Centro Pop tenham a referência técnica da Proteção Especial, a fim de se realizar o trabalho social com indivíduos e famílias que sofrem violações de direitos, dentre elas, a situação de rua.

¹Referência Técnica da Proteção Especial refere-se a um ou mais profissionais de nível superior, dentre os constantes na Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011, lotados no órgão gestor municipal, que atendam as situações de violações de direitos do território, em municípios que não possuem CREAS municipal ou não sejam abrangidos pelo serviço regional. As atribuições desses profissionais ainda estão em discussão nas instâncias de pactuação e deliberação.

55) O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social sendo responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica. Cabe ao serviço que estiver atendendo à pessoa em situação de rua realizar sua contrarreferência para o CRAS, no período de transição de saída das ruas.

Base Legal

O primeiro destaque é a mudança na concepção de Assistência Social, que com a [Constituição Federal de 1988](#), foi alçada à condição de política pública. A [Lei nº 8.742/93](#), Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, estabelece os objetivos, os princípios e as diretrizes das ações de Assistência Social. Em 1998, foi criada a [Política Nacional de Assistência Social \(PNAS/98\)](#), instrumento legal que define diretrizes e orienta a organização do sistema descentralizado e participativo. Já em 2005 a [Lei nº 11.258](#), alterou o parágrafo único do artigo 23 da LOAS, determinando a criação de programas destinados às pessoas em situação de rua.

Outro importante marco foi a [Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro, de 2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais](#), documento de âmbito nacional que define uma matriz padronizada para cada uma das ofertas dos serviços de assistência. Foram estabelecidos os serviços específicos para o atendimento à PSR no âmbito da Proteção Social Especial: Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Acolhimento Institucional (que incluem adultos e famílias em situação de rua) e Serviço de Acolhimento em República (que inclui adultos em processo de saída das ruas).

Já a [Instrução Operacional Conjunta – SNAS e SENARC Nº07, de 22 de novembro de 2010](#) reúne orientações para municípios e distrito federal para Inclusão de PSR no Cadastro Único e a Portaria nº 843 dispõe sobre o cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais ofertados pelos CREAS e Centros Pop. Os valores de referência do cofinanciamento foram alterados pela Portaria nº 139/2012, passando a ter como referência o perfil do município. Ela também previu incentivo para o reordenamento dos serviços de acolhimento para a PSR.

Por fim, destacamos a [Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH](#), de 2006, que define o quadro de profissionais necessários para cada serviço, de acordo com o número de pessoas atendidas.

3.8 Saúde e consultório na rua

56) O Cartão Nacional de Saúde (CNS), é o documento de acesso para o Sistema Único de Saúde, e a sua emissão é regulamentada pela Portaria MS N°940, de 28 de abril de 2011, que dispensa a exigência de apresentar o endereço do domicílio permanente para emissão do CNS para a população cigana, nômades e a população em situação de rua. De acordo com a Política Estadual de Atenção Primária à Saúde (PEAPS), o acesso à Atenção Primária representa o nível essencial do sistema de saúde, sendo ele o primeiro contato do cidadão com o SUS e que coordenará o processo de cuidado e de atenção à saúde desse sujeito. O atendimento também deve ser realizado mesmo que a pessoa não esteja em posse de seus documentos de identificação.

57) Dentro da PEAPS são descritas como parte da atenção primária as equipes do Consultório na Rua (eCR), que são compostas por diversos profissionais da área de saúde e também por agentes de redução de danos com o objetivo exclusivo de articular a rede de saúde e prestar atenção à população em situação de rua. O objetivo desse serviço é minimizar a vulnerabilidade e os sofrimentos físicos e mentais e reduzindo riscos e promovendo a saúde e dignidade dessa população.

58) A existência de equipes do Consultório na Rua não faz com que as pessoas em situação de rua tenham que ser atendido por este serviço antes de acessar os demais, ou seja, a PSR deve ser atendida nos dispositivos de saúde independentemente de encaminhamentos da eCR, como todo outro cidadão.



59) Na ausência de uma equipe de consultório na rua esta população deverá receber essa assistência da equipe de Atenção Primária à Saúde do território onde essas pessoas estão concentradas e/ou onde se encontram, não tendo prejuízos de acesso ao serviço em relação aos moradores da mesma região.

60) Quando se tratar de pessoas em situação de rua portadoras de sofrimento mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, temos os dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, compostas por: CAPS/CERSAMS (Centros de Atenção Psicossocial ou Centros de Referência em Saúde Mental), Centros de Convivência, Serviços Residenciais Terapêuticos, Leitos de Saúde Mental, Unidades de Acolhimento (adulto ou infanto-juvenil), que funcionam de porta aberta e podem acolher diretamente os usuários ou por encaminhamentos diversos, seja das equipes de Consultório na Rua, das equipes de ESF, das UPAS, SAMU, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, CRAS, CREAS, etc.

61) Os usuários de saúde mental que perderam o vínculo com o grupo familiar e se encontram em situação de desamparo social, não deverão ser encaminhados para instituições fechadas, como: hospitais psiquiátricos, comunidades terapêuticas ou em hospitais de custódia. Nesses casos, os gestores municipais de saúde e assistência social juntamente com os profissionais de saúde mental/assistência social deverão providenciar a atenção integral de suas necessidades e incluí-los nos dispositivos, tais como: Serviço Residencial Terapêutico, Residências Inclusivas, Repúblicas ou Aluguel Social, por meio de uma articulação intersetorial.

62) As equipes de Consultório na Rua devem pautar sua atuação na garantia dos direitos humanos, nos princípios do SUS e nos preceitos da Redução de Danos. Isso significa que as equipes devem respeitar o tempo, os desejos da pessoa em situação de rua, exceto quando a equipe avaliar que a pessoa está em risco iminente de morte e provocando o mesmo à vida de terceiros. Para tanto é necessário que a equipe esteja capacitada em técnicas de abordagem e aproximação para a adequada formação de vínculo.

63) Articular com as equipes das UBS, do serviços de saúde mental, outros dispositivos da saúde referentes ao território de abordagem para encaminhamento e acompanhamento das demandas de saúde do usuário;

64) Realizar articulações intersetoriais com outras políticas públicas, em especial da assistência social e moradia. Para isso é necessário que haja espaço de encontros permanentes de diálogos entre esses profissionais com o objeto de construir uma rede de cuidado e proteção para cada usuário;

65) As equipes não devem visar a remoção das pessoas em situação de rua do logradouro público, salvo por expresse desejo do cidadão, exceto em situações de extrema vulnerabilidade na qual este cidadão está em risco de morte;

66) Para os atendimentos de urgência e emergência, as equipes de consultório na rua deverão proceder de acordo com a capacitação específica e recursos disponíveis. Nos casos identificados como necessários, acionar os dispositivos especializados de urgência, como o SAMU, Corpo de Bombeiros ou a estratégia local oferecida pelo município;

[A Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.451, de 17/3/1995](#), nos parágrafos 1º e 2º do seu artigo 1º, difere urgência e emergência, definindo a urgência como a ocorrência imprevista de agravo à saúde com ou sem risco potencial de vida, cujo portador necessita de assistência médica imediata, e a emergência como a constatação médica de condições de agravo à saúde que impliquem em risco iminente de vida ou sofrimento intenso, exigindo portanto, tratamento médico imediato.

67) O atendimento de Urgência e Emergência realizado na Rede de Urgência e Emergência Estadual disponibiliza atendimento a todos os casos de demanda espontânea e referenciada, não devendo haver nenhuma discriminação de públicos para atendimento.

68) O atendimento aos usuários com quadros agudos deve ser prestado por todas as portas de entrada dos serviços de saúde do SUS, possibilitando a resolução integral da demanda ou transferindo-a, responsabilmente, para um serviço de maior complexidade, dentro de um sistema hierarquizado e regulado, organizado em redes regionais de atenção às urgências em níveis crescentes de complexidade e responsabilidade.

69) Observância aos direitos da população em situação de rua uma vez que essas pessoas são constantemente vítimas da violência. Nessa linha é necessário o conhecimento sobre a rede protetiva;

70) As equipes dos consultórios de rua devem mapear o seu território de atuação de acordo com os focos de concentração do público em situação de rua. Além disso essas equipes devem notificar os casos de violação de direitos, óbitos e agravos em saúde.

3.9 Saúde Mental e Uso Abusivo de Álcool e Outras Drogas

71) O município deverá garantir o encaminhamento e tratamento das pessoas portadoras de sofrimento mental pessoas e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, em situação de rua, para os diferentes serviços da [Rede de Atenção Psicossocial \(RAPS\)](#), cuja finalidade é a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

72) Todo e qualquer tratamento de saúde mental deverá ser pautado nos princípios da [Política Nacional e Estadual de Saúde Mental Álcool e Outras Drogas](#), que busca consolidar um modelo de atenção aberto e de base comunitária, dentro da lógica da política de redução de danos. A proposta é garantir a livre circulação das pessoas com problemas mentais e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas pelos serviços, pela comunidade e pela cidade.



Programa De Braços Abertos, coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, sob a ótica da Redução de Danos pela oferta de moradia e emprego.

73) Todos os dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS deverão acolher e oferecer tratamento de saúde mental adequado à população, incluindo a população em situação de rua. Assim sendo, não deverá ser negado atendimento àquelas pessoas que não possuem documentos de identificação.

74) Todo usuário que estiver vinculado à rede de saúde mental deverá possuir um Projeto Terapêutico Singular – PTS, que levará em conta as especificidades de cada caso. As especificidades de cada usuário deverão ser respeitadas e devidamente acompanhadas pelos profissionais da saúde, no que lhes cabe. Ainda, estes profissionais deverão dialogar com as outras políticas públicas sociais intersetoriais, para a devida resolutividade dos impasses.

75) A internação psiquiátrica de qualquer pessoa será utilizada após a exclusão das demais possibilidades terapêuticas, e sua duração máxima corresponderá ao período necessário para que possa ser iniciado, em ambiente extra-hospitalar, o processo de reinserção social da pessoa portadora de transtorno mental.

76) A internação psiquiátrica exigirá laudo circunstanciado, que caracterize seus motivos, de médico especializado pertencente ao quadro de funcionários dos estabelecimentos dos centros de referência de saúde mental públicos ou dos serviços públicos de emergência psiquiátrica. O laudo mencionado neste artigo deverá conter:

- I - descrição minuciosa das condições do paciente que ensejem a sua internação;
- II - consentimento expresso do paciente ou de sua família;
- III - previsão aproximada de duração da internação.

77) Inexistindo ou não sendo encontrada a família ou o representante legal de paciente clinicamente impossibilitado de dar seu consentimento informado acima, a autorização expressa do paciente ou de sua família, será substituída por autorização fundamentada do diretor clínico do estabelecimento, sem prejuízo dos demais requisitos estabelecidos na lei 10216 de 06 de abril de 2001 e na lei 11802 de 18 de janeiro de 1995.

78) De acordo com a Nota Técnica Nº 20 da Coordenação Estadual de Saúde Mental – CESM, não é recomendada a internação compulsória de qualquer pessoa em estabelecimentos de saúde mental. Destaca-se que, de acordo com as experiências vividas ao longo dos anos no Brasil, esta prática gera diversos efeitos nocivos e desastrosos para os usuários.

79) No que se refere às internações compulsórias de crianças e adolescentes, temos o [ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente](#) que é expressamente contrário às internações compulsórias deste público, quando estabelece que a criança e o adolescente têm direito à convivência familiar ou quando diz que é proibido o trabalho forçado, dentre outras diretrizes. Ainda, temos o [ofício nº 6.006 de 23 de maio de 2016, do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da criança e do adolescente](#), que também recomenda que não ocorram internações compulsórias de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas, pautado nos artigos do próprio ECA.

80) Evitar o encaminhamento de pessoas em situação de rua para as Comunidades Terapêuticas, uma vez que apresentam alta incidência de violação de direitos humanos e não operam pela lógica da Redução de Danos.

81) Articular com as demais políticas o acompanhamento das pessoas em situação de rua, especialmente para moradia e assistência social, para proporcionar maior efetividade para o cuidado com a saúde, devido às dificuldades de realização de tratamentos continuados na rua.

Marco Legal em Saúde

A legislação principal que sustenta as recomendações explicitadas nestas seções é a [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#), que prevê os Direitos fundamentais, que são invioláveis e universais, como o Direito à vida, o Direito à igualdade, dentre outros. Destacamos o Direito à integridade física e moral, no qual ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano e degradante.

Quanto às legislações específicas de saúde mental, citamos as principais Leis que dispõem sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, que é contrário ao modelo asilar e manicomial, e busca consolidar um modelo de atenção aberto e de base comunitária, garantindo a livre circulação das pessoas com problemas mentais pelos serviços, pela comunidade e pela cidade.

A [Lei Federal 10.216 de 06 de abril de 2001](#) dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental e a [Lei Federal 10.708](#) de 31 de julho de 2003 institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações. A [Portaria n.º 336/2002](#) dispõe sobre os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS e a [Portaria GM 2.391/2002](#) regulamenta o controle das internações psiquiátricas involuntárias (IPI) e voluntárias (IPV).

No âmbito do Estado, a [Lei Estadual 11.802 de 18 de janeiro de 1995](#) postula sobre a promoção da saúde e da reintegração social do portador de sofrimento mental; determina a implantação de ações e serviços de saúde mental substitutivos aos hospitais psiquiátricos e a extinção progressiva destes; regulamenta as internações, especialmente a involuntária, e dá outras providências. E o [Decreto Estadual 42.910 de 26 de setembro de 2002](#) contém o Regulamento da [Lei nº11.802, de 18 de janeiro de 1995](#), que dispõe sobre a promoção da saúde e da reintegração social do portador de sofrimento mental e dá outras providências.

Acerca da Política sobre álcool e outras drogas, a [Lei Federal 11.343 de 2006](#) institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, que prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

A Rede de Atenção Psicossocial para Pessoas (RAPS) com Transtorno Mental e com Necessidades Decorrentes do Uso de Crack, Álcool e Outras Drogas foi instituída pela [Portaria nº 3088/2011](#). No âmbito da RAPS, a [Portaria GM 148/2012](#) define as normas de funcionamento e habilitação do Serviço Hospitalar de Referência para atenção a pessoas com transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas,

alterada posteriormente pela [Portaria GM 1.615 de 26 de julho de 2012](#). A [Portaria GM 121/2012](#) institui a Unidade de Acolhimento para pessoas com necessidades decorrentes do uso de Crack, Álcool e Outras Drogas e a [Portaria 130/2012](#) redefine o Centro de Atenção Psicossocial, Álcool e outras Drogas 24 horas (CAPS AD III) e os respectivos incentivos financeiros;

A [Lei Estadual 22.460 de 23 de dezembro 2016](#) estabelece diretrizes para o atendimento prestado pelas comunidades terapêuticas no Estado e a [Resolução 5.461/2016](#) institui a Política Estadual de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, estabelecendo a regulamentação da sua implantação e operacionalização e as diretrizes e normas para a organização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no estado de Minas Gerais.

Referente às internações compulsórias, temos a Nota Técnica Nº 20 da Coordenação Estadual de Saúde Mental – CESM, que não recomenda a internação compulsória dos usuários de saúde mental, devido aos efeitos nocivos e degradantes desta prática, já utilizada e vivenciada no país, nos diferentes hospitais psiquiátricos que foram – e ainda são – desativados. E, citamos também, o [ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente](#) que é expressamente contrário à internações compulsórias deste público, quando estabelece que a criança e o adolescente tem direito à convivência familiar, ou quando diz que é proibido o trabalho forçado, dentre outras diretrizes. Ainda, temos o [ofício nº 6.006 de 23 de maio de 2016, do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da criança e do adolescente](#), que também recomenda que não ocorram internações compulsórias de crianças e adolescentes em comunidades terapêuticas, pautado nos artigos do próprio ECA.

3.10 Segurança Pública

82) Estar em situação de rua não significa estar envolvido com práticas ilegais. De acordo com a [CF/88](#), ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Portanto, as pessoas em situação de rua não podem ser obrigadas a praticar atos que não sejam exigidos por lei, assim como são livres para estarem em qualquer local, sem que as suas presenças signifiquem desrespeito à lei;

83) Quando a abordagem for necessária, deve-se ter o cuidado no trato com os objetos pessoais e com os abrigos improvisados, uma vez que estes bens são fundamentais para a sobrevivência e devem ser resguardados pelo direito à propriedade e a posse de bens. Além disso, os agentes devem agir com equilíbrio e bom senso, conscientes de que uma pessoa que vive em condições sociais extremamente precárias pode apresentar debilidades, como dificuldade de comunicação, locomoção ou possível sofrimento mental;



Projeto de aproximação às pessoas em situação de rua, realizado pela Base Comunitária Móvel de Juiz de Fora, vencedor do Prêmio Mineiro de Direitos Humanos em 2016.

84) Nos atendimentos, os agentes de segurança pública não permitirão o tratamento desumano ou degradante a esses cidadãos, por quem quer que seja. Além disso, o agente deve fazer a defesa dos direitos das pessoas em situação de rua, prezar pela segurança e orientar sobre os órgãos e serviços de da rede, como assistência social e saúde, entre outros;

85) Recomenda-se que o agente de segurança faça parte da rede de proteção das pessoas em situação de rua, estabelecendo contatos diretos com os agentes das políticas públicas de saúde e assistência social, dentre outros.

86) É dever dos agentes de segurança pública a promoção da segurança de todos cidadãos, inclusive das pessoas em situação de rua. Assim, os agentes devem evitar a realização de atos vexatórios ou violentos contra essa população por quem quer que seja. Ações violentas impetradas pelo próprio poder público estimulam esse comportamento também na sociedade.

87) Promover e participar de capacitações sobre direitos humanos e população em situação de rua, visando capacitar e informar os agentes para a melhor atuação junto a este público, incluindo também a temática nas formações já realizada.

Base legal

As orientações desta seção foram adaptadas do [Caderno Doutrinário 2 - Tática Policial, Abordagem a Pessoas e Tratamento às Vítimas](#), aprovado pela Resolução nº 4.151, de 09/06/11, publicada no Boletim Geral da Polícia Militar nº 86, de 10/11/11 - Manual Técnico-Profissional nº 3.04.02/2013-CG. Além disso, também seguiu-se as recomendações do Memorando nº 30.013.3/17-DAOp/SCG, que trata da atuação policial junto à população em situação de rua.

Estes documentos dão orientações referentes às abordagens a pessoas em situação de rua por policiais militares, ressaltando a importância do respeito aos direitos destas pessoas e de se evitar sua criminalização apenas por estarem em situação de rua.

Além disso, há também a [Cartilha Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade](#), do Ministério da Justiça, que ressalta que a mendicância deixou de ser tipificada como contravenção penal a partir da [Lei nº 11.983, de 16 de julho de 2009](#).

3.11 Segurança Alimentar

88) Deve ser garantida a segurança alimentar das pessoas em situação de rua, por meio de serviços e equipamentos públicos que ofereçam alimentação gratuita, saudável e de qualidade a este público;

89) Nos municípios que possuem restaurantes populares, a população em situação de rua deve ter assegurado o acesso gratuito. Deve ser observada também outras formas de garantia da segurança alimentar nos horários em que o restaurante popular estiver fechado (à noite, finais de semana ou feriados) ou em municípios que não possuem tal serviço;

90) A segurança alimentar deve contemplar todas as refeições necessárias para a sobrevivência e a saúde da população em situação de rua, não se restringindo apenas ao almoço ou ao jantar;

91) Ofertar alimentação nutricionalmente adequada nos espaços de acolhimento e convivência, especialmente para pessoas com restrições alimentares e doenças.

Base Legal

A Proposta de Emenda à Constituição 47/2003 foi aprovada em 2010, de forma que a alimentação foi incluída entre os direitos sociais previstos no Art. 6º da Constituição da República. Esta importante mudança foi obtida por meio da luta de diversos grupos e da campanha “Alimentação – Direito de Todos”.

As políticas para a população em situação de rua, tanto a nacional quanto a estadual, trazem como objetivo a implementação de “ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade”.

3.12 Mulheres em Situação de Rua

92) Assegurar vagas e/ou equipamentos específicos para mulheres e famílias nos serviços de acolhimento que atendem às pessoas em situação de rua;

93) Proporcionar a todas as gestantes e mães, no período pré e pós-natal, assistência à saúde com trabalho em rede, articulando os serviços de saúde, assistência social e recursos da comunidade, com o objetivo de garantir a assistência integral ao recém-nascido e à mãe e de fortalecer o vínculo materno e a integração de todos na família natural;

94) Garantir condições de moradia ou espaços de acolhimento para mulheres gestantes e puérperas (aquelas que acabaram de dar à luz) em situação de rua, a fim de manter o vínculo familiar e garantir o direito de ser mãe;

95) As equipes multidisciplinares (saúde e assistência social) devem se organizar entre si dentro e fora da instituição hospitalar para, de maneira efetiva, colher as informações sobre a gestante e sua família extensa e, assim, atuarem na Promoção, Proteção e Defesa do Direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. É desejável que isso ocorra antes do nascimento e é imprescindível que esse direito seja resguardado em todo o processo de gravidez e, sobretudo, após o nascimento;

96) Garantir subsídios de higiene pessoal para mulheres em situação de rua, incluindo absorventes, como forma de garantia da dignidade das mesmas.

97) Criação de fluxos de atendimento a mulheres em situação de rua vítima de violência, articulado com os demais serviços desta rede e garantindo sua efetiva proteção.

Base Legal

No que se refere às mulheres em situação de Rua, poucas são as iniciativas para este recorte específico, porém é um público afetado pelas políticas para as mulheres de forma geral. Inicialmente devemos destacar o inciso I do art.5 da [Constituição Federal](#) que diz: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;”. É previsto a igualdade de direito entre ambos os sexos, no entanto sabemos que há diferenças entre os gêneros, que inclusive ao longo dos anos gerou políticas específicas para ambos.

No âmbito nacional podemos destacar, entre outros, o [Plano Nacional de Políticas para as mulheres](#), que prevê em diversos eixos melhores condições de trabalhos, saúde integral, fortalecimento e participação nos espaços de poder, etc. Quebrando um pouco as iniciativas que eram voltadas mais para as mulheres grávidas e ganhando o contorno da saúde integral.

Outro ponto quando nos referimos a mulher é a questão da violência. A CF, em seu art. 226, parágrafo 8º, assegura “a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência, no âmbito de suas relações”, assumindo o Estado brasileiro o papel de garantir o enfrentamento a qualquer tipo de violência, seja ela praticada contra homens ou mulheres, adultos ou crianças.

Nesse sentido, destacamos a [Política Nacional de Enfrentamento à violência contra a Mulher](#), embasada na [Lei nº 11.340/2006](#) (Lei Maria da Penha) e nas convenções e tratados internacionais ratificados pelo Brasil, tendo com o objetivo de promover ações para enfrentamento, prevenção e combate a violência.



No âmbito Estadual, temos a [Lei 22.256/2016](#), que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado e prevê diferentes ações no que tange a prevenção e combate a violência.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais ([Resolução CNAS n. 109/2009](#)) prevê a criação de serviços de acolhimento provisório para mulheres em situação de violência, contudo, como não há um fluxo específico para atendimento de mulheres em situação de rua vítimas de violência, devemos tomar como referência os planos e projetos existentes nos níveis Federal, Estadual e Municipal, para dar atenção a este público específico.

3.13 População LGBT em Situação de Rua

99) O nome social das travestis e das pessoas transexuais em situação de rua deve ser respeitado, ou seja, todos os serviços que atendem este público devem utilizar o nome pelo qual preferem ser chamadas cotidianamente, em contraste com o nome oficialmente registrado que não reflete sua identidade de gênero;

100) Nos serviços de acolhimento em que há separação entre homens e mulheres, deve ser respeitada a identidade de gênero com a qual a pessoa se identifica, oferecendo a opção para que travestis e mulheres transexuais possam acessar a área feminina e homens transexuais a área masculina.

Base Legal

Nome social é definido como a designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida, conforme [decreto estadual nº 47.148 de 27 de janeiro de 2017](#), que dispõe sobre a adoção e utilização do nome social por parte de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública estadual e [decreto federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016](#).

Já identidade de gênero é definida em ambos decretos como a “dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma de seu relacionamento com as representações de masculinidade e feminilidade, e de como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento”.

A sua utilização é de grande importância para permitir a construção da cidadania da população LGBT, principalmente de travestis e pessoas transexuais, evitando assim a discriminação e o preconceito por orientação sexual e identidade de gênero. Cada município em Minas Gerais busca regulamentar o nome social por meio de resoluções, decretos e leis municipais.

3.14 Pessoa Idosa em Situação de Rua

101) As pessoas idosas em situação de rua têm direito a serem acolhidas no [Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos\(as\)](#), que deverá ser provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de auto-sustento e convívio com os familiares. Os serviços deverão atender pessoas de ambos os sexos.

102) Pessoas idosas com vínculo de parentesco ou afinidade, como casais, irmãos, amigos etc., devem ser atendidos na mesma unidade. Preferencialmente, deve ser oferecido aos casais de idosos o compartilhamento do mesmo quarto.

103) Pessoas idosas com deficiência devem ser incluídas no mesmo serviço de acolhimento institucional, de modo a prevenir práticas segregacionistas e o isolamento desse segmento.

104) Cabe a instituição realizar os devidos encaminhamentos para que a pessoa Idosa em situação de Rua, caso seja de direito, receba o [Benefício de Prestação Continuada \(BPC\)](#), criado pela [Lei Orgânica da Assistência Social \(LOAS\)](#), com o principal objetivo de amparar pessoas em situação de vulnerabilidade, como idosos e pessoas com deficiências.

Base Legal

As orientações sobre o serviço de acolhimento institucional das pessoas idosas é definido na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais ([Resolução 109/CNAS/2009](#)). A resolução determina que o serviço deve ser voltado a pessoas com 60 anos ou mais que não estejam em condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

Já o [Estatuto do Idoso](#), instituído pela Lei Federal nº 10.741/2003, ressalta o direito à saúde das pessoas idosas e a necessidade da prestação dos serviços de assistência social a este público, além de prever que as pessoas idosas têm direito à moradia digna, seja com sua família, desacompanhado ou em instituições públicas ou privadas.

Por fim, a [Lei Orgânica da Assistência Social](#), Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993, instituiu o Benefício de Prestação Continuada, que é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Assim, deve-se verificar se as pessoas idosas em situação de rua atendem a estes critérios e providenciar sua inclusão.

3.15 Educação

105) Incentivar a formação de profissionais que atuem com a população em situação de rua para que incentivem e apoiem o retorno e a continuação de processos de escolarização;

106) Promoção da inclusão das questões de igualdade social, gênero, raça e etnia nos currículos, reconhecendo e buscando formas de alterar as práticas educativas, a produção de conhecimento, a educação formal, a cultura e a comunicação discriminatórias, especialmente em relação à população em situação de rua;

107) Constituição de grupos de estudo que discutam maneiras de a educação ser feita em meio aberto, sem necessidade de deslocamento até as escolas, ou de modelos educativos que aconteçam em outros contextos, não só os da sala de aula, e que, mesmo assim, possam ser considerados formais;

108) Oferta regular de educação de jovens e adultos, especialmente no que se refere à alfabetização, com facilitação de ingresso em sala de aula pela população em situação de rua em qualquer época do ano;



Projeto Escola da Vida, desenvolvido pelo Governo do Espírito Santo com foco na articulação dos eixos Trabalho, Educação e Cultura.

109) Garantir o transporte da população em situação de rua para a escola ou espaço onde estão sendo oferecidas as atividades educacionais;

110) Flexibilizar os horários de entrada e de alimentação nos serviços de acolhimento para as pessoas em situação de rua que estiverem estudando;

111) Garantir espaços apropriados para leitura, estudos e realização de tarefas relacionadas às atividades educacionais em horários flexíveis dentro e fora das escolas, como nos serviços de acolhimento e nos centros de referência;

112) Garantir o acesso às bibliotecas públicas municipais, inclusive capacitando os servidores para acolher este público;

113) Inclusão da população em situação de rua nos programas de apoio ao desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e de lazer em escola aberta, especialmente nos finais de semana;

- 114) Inclusão do tema população em situação de rua, suas causas e consequências, como parte dos debates sobre essa realidade nas redes de ensino;
- 115) Adequação dos processos de matrícula e permanência nas escolas às realidades das pessoas em situação de rua, com a flexibilização da exigência de documentos pessoais e de comprovantes de residência;
- 116) Promoção de políticas de inclusão digital para pessoas em situação de rua.

Base Legal

Todos os cidadãos brasileiros têm direito à educação, conforme previsto nos Arts. 6º e 205 da [Constituição da República](#), como um direito social e um dever do Estado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. As políticas [nacional e estadual](#) para a população em situação de rua também citam entre seus objetivos o acesso às políticas de educação.

Além disso, as orientações desta seção se basearam na [Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua](#), documento apresentado pelo Governo Federal em maio de 2008, com a finalidade de orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento da sociedade. Esse documento traz propostas para diversas áreas voltadas à população em situação de rua e prevê uma série de medidas a serem tomadas para a garantia do direito à educação das pessoas em situação de rua.

3.16 Cultura, Esporte e Lazer

- 117) Garantir o acesso gratuito das pessoas em situação de rua aos espaços culturais;
- 118) Ter atenção aos direitos das pessoas em situação de rua quando forem realizados eventos culturais em espaços públicos, promovendo o diálogo e a participação desta população.
- 119) Desenvolvimento da linguagem artística no atendimento às pessoas em situação de rua, com promoção de atividades artísticas especificamente voltadas para esta população, como aulas e prática de teatro, literatura e/ou artesanato;
- 120) Apoio a ações que promovam a geração de trabalho e renda através de atividades culturais;

121) Incentivo a projetos culturais que tratem de temas presentes na realidade de quem vive nas ruas, além do financiamento de projetos voltados para esse público.

122) Incentivo a práticas esportivas pelas pessoas em situação de rua e ao desenvolvimento de projetos esportivos com este público.

Base Legal

As políticas [nacional](#) e [estadual](#) para a população em situação de rua estabelecem entre seus objetivos o acesso amplo e simplificado às políticas de cultura, esporte e lazer.

Em relação à cultura, a Emenda Constitucional nº85, de 2015, determinou no inciso V do Art. 23 que é competência comum a União, Estados, Distrito Federal e Municípios “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;”. O acesso da população em situação de rua à cultura deve ser facilitado, seja através de isenções ou projetos específicos, visando assim estabelecer um fluxo democrático de interação.

Cabe ressaltar que o Ministério da Cultura por meio da [Lei Federal de Incentivo à Cultura \(Lei nº8.313/91\)](#), a Lei Rouanet, e por meio de editais para projetos específicos apóia projetos culturais diversos, sendo uma porta para a realização de diversas ações culturais para os diferentes públicos. No âmbito estadual temos [Lei nº 17.615, de 04 de julho de 2008](#), que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para elaboração de projetos culturais no Estado. Há também em nível municipal diferentes formas de fazer valer o direito à cultura e diferentes leis de incentivo. Neste sentido cabe aos atores sociais a busca para a efetiva utilização do recurso de forma democrática, dando atenção a PSR na criação e contratação dos eventos culturais, e cabe ao poder público divulgar e estimular a possibilidade de realização de projetos culturais que envolvam a população em situação de rua.

Já em relação às práticas esportivas, a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte prevê a destinação de recursos, por meio de incentivo fiscal, para projetos esportivos em diversas dimensões, entre elas o atendimento social por meio do esporte, com recursos específicos para esse fim, e o desporto de lazer, direcionado para o atendimento à população na prática voluntária de qualquer modalidade esportiva, de recreação ou lazer, visando à ocupação do tempo livre e à melhoria da qualidade de vida, da saúde e da educação do cidadão.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, 2015. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Consultado em 30/05/2017.

BRASIL, 2009. Política Nacional para a População em Situação de Rua. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Consultado em 30/05/2017.

Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP. Guia de Atuação Ministerial - Defesa dos direitos das pessoas em situação de rua. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.cnmp.gov.br/portal_2015/images/Publicacoes/documentos/Guia_Ministerial_CNMP_WEB_2015.pdf. Consultado em 30/05/2017.

DE LUCCA, D. A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Minas Gerais, 2013. Lei 20.846 de 06 de agosto de 2013: Institui a Política Estadual para a População em Situação de Rua. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=20846&comp=&ano=2013>. Consultado em 30/05/2017.

Minas Gerais, 2015. Decreto 46.819 de 14 de agosto de 2015: Cria o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=46819&comp=&ano=2015>. Consultado em 30/05/2017.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. Texto para Discussão (IPEA. Brasília) , v. 2246, p. 1-36, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf. Consultado em 22/11/2017.

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010. Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3. Disponível em: <http://www.pndh3.sdh.gov.br/public/downloads/PNDH-3.pdf>. Consultado em 30/05/2017.

SILVA. M.L.L. Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

